

Aos seis dias do mês de dezembro de 2019 as 08:20 horas reuniram na sede da Câmara os conselheiros Luciano, Francisco Maciel, João Juceli, Ana Vieira e Leandro Nunes, além do membro do comitê Laudir Lobler para deliberarem sobre a seguinte pauta: a) Análise folha de pagamento novembro; b) Aprovação da política de investimento - DPIN 2020; c) Comissão Especial análise reforma da previdência = prazo para entrada em vigor de normas federais; d) Autorização para participação em curso; e) Assuntos gerais com relação a item "a" a Prefeitura no mês de novembro: Patronal: R\$ 61.573,52; Funcional: R\$ 43.031,05 Passivo: R\$ 51.402,55; Rendimento: R\$ 15.317,99; Aposentadorias: R\$ 27.266,10; Pensão: R\$ 5.949,82; Auxílio Doença: R\$ 9.834,25; Despesas administrativas: R\$ 3.075,68 Parcelamento 46ª R\$ 8.697,45; R\$ Total mês: 11.377.677,69. Câmara mês novembro: Patronal: R\$ 954,92 Funcional: R\$ 667,35 Passivo R\$ 797,17. RPPS mês novembro: Patronal: R\$ 1.547,89 Funcional: R\$ 986,93 e Passivo R\$ 1.292,20. Com relação ao item "b" a qual foi entregue para análise dos conselheiros e membros do comitê no dia 12 de novembro, foi colocado que fomos enquadrados como investidor qualificado tendo em vista a adesão ao programa pro gestão da SPREV e que a partir do ano de 2020 todos os membros do comitê deverão possuir certificação mínima CGRPPS. Além disso, foi colocado que houve uma alteração da meta atuarial para o ano que vem em relação a esse ano de 2019, pois passou de IPCA + 6% para IPCA + 5,86% e nada mais havendo de comentários sobre a referida política de investimento a mesma foi aprovada por unanimidade, devendo ser colhida as assinaturas e enviada a SPREV. Ainda sobre a política de investimento, hoje pela manhã o comitê de investimentos se manifestou de forma favorável a política, cabendo salientar que apenas esta sendo destacado que a política de investimento deve ser acompanhada mês a mês e que o que estamos fazendo hoje é apenas um cumprimento de uma formalidade para posterior acompanhamento do comportamento das metas a serem atingidas pelas aplicações. Com relação ao item "c" da comissão especial para apresentação das propostas de alterações da reforma da previdência foi informado que já tem nomes indicados pela administração e que precisa de mais servidores envolvidos principalmente do sindicato que ainda não indicou ninguém a mesma e com isso poderemos começar a apresentar propostas e discutir como será feita a nova lei do RPPS principalmente nos aspectos de regras de aposentadorias e pensões e para aqueles servidores que trabalham sob condições insalubres e perigosas, pois essa é uma reivindicação antiga dos servidores. Com relação ao item "d" da autorização para o curso foi aprovado por todos a participação do conselheiro Luciano, sendo colocado pelo conselheiro João que sempre a favor da participação dos servidores em qualificação. Nesse momento o conselheiro João pediu para se afastar da reunião por ter outro compromisso com a junta militar em Santa Maria. Nos assuntos gerais foi bastante discutida a questão da reforma previdenciária principalmente no sentido de qual alíquota será aplicada aos servidores, se 14% para todos ou progressiva começando de 7,5% podendo chegar até 22% havendo várias opiniões a respeito do caso principalmente entre o

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE DILERMANDO DE AGUIAR / RS
conselheiro Francisco e o membro do comitê Laudir. Tal discussão será longa e precisamos ouvir todos os demais servidores com relação ao caso, sendo também essa a ideia para a regulamentação das aposentadorias especiais para quem trabalha em locais insalubres. Nada mais havendo a tratar eu Luciano Saidelles Rossi lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros do Conselho.